



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JUIZ SUBSTITUTO DE CARREIRA

CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)

Direito Administrativo

ENUNCIADO DA QUESTÃO 21

A desapropriação é um procedimento administrativo que possui duas fases: a primeira denominada declaratória e a segunda denominada executória, que poderá seguir a via amigável ou judicial.

Quanto à primeira fase, responda quais os efeitos produzidos pelo ato declaratório.

Quanto à segunda fase, responda em qual momento a administração expropriante adquire a propriedade do bem objeto da desapropriação, caso esta se dê pela via judicial.

(Não deve o candidato realizar o eventual relatório, observando a necessidade, diante das linhas, de demonstrar objetividade em sua resposta).

GABARITO DA QUESTÃO 21

A fase declaratória acarreta a individualização do bem; estabelece o seu estado, para fins de indenização, nos termos da súmula 23, do S.T.F., confere o direito de penetração, nos termos do art. 7º, do Dec-Lei nº 3.365/41 e, por fim, traz o início do prazo decadencial para fins de efetivação da desapropriação.

Quanto à segunda parte da questão, embora no passado tenha havido alguma divergência acerca do momento da consumação da desapropriação, a posição hoje aceita pela ampla maioria da doutrina e jurisprudência é que administração expropriante adquire a propriedade do bem objeto da desapropriação no momento do pagamento da indenização. Isto porque a Constituição exige, como requisitos para este ato interventivo, a finalidade pública (interesse social, utilidade ou necessidade pública) e o pagamento da justa indenização.

Logo, o candidato deveria abordar, de forma lógica, os seguintes pontos:

Primeira parte – individualização do bem; estabelecimento do estado do bem (súmula n.23, do STF); direito de penetração; e início do prazo decadencial para efetivação da desapropriação.

Segunda parte – a desapropriação é forma de aquisição originária, não dependendo do registro do Título para sua efetivação; e a aquisição da propriedade se dá quando preenchido os requisitos constitucionais, onde o pagamento do justo valor indenizatório é o marco.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JUIZ SUSBTITUTO DE CARREIRA

CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)

Direito Administrativo

ENUNCIADO DA QUESTÃO 22

João Manoel requer licença para edificar em imóvel de sua propriedade, nos termos do Art. 1299 do Código Civil.

Constatando a Administração Municipal que o projeto se coloca em conformidade com as posturas municipais, defere a licença em 30.06.2010. Faz constar prazo de validade de um ano.

Em fevereiro de 2011, a Câmara dos Vereadores vota novo projeto de lei para a área, estabelecendo parâmetros diversos para a construção, que é sancionado e publicado dois dias após, contrapondo-se à edificação pretendida por João Manoel.

Constatando a Administração que João Manoel iniciou a construção, porém não terminou ainda a mesma, notifica-o para paralisar imediatamente a obra.

Preocupado com a situação, João Manoel ajuíza ação, alegando direito adquirido, com postulação liminar, e definitiva, de término da obra.

Com o curso normal do feito, havendo contestação, e parecer do MP no sentido da improcedência da demanda, por ter “*caducado*” a licença, não havendo que se falar em direito adquirido contra a lei, o feito vai concluso para sentença.

Sendo você o juiz, como decidiria a causa? (Dê apenas os fundamentos, de forma objetiva).

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

GABARITO DA QUESTÃO 22

A questão envolvia o conhecimento sobre a licença urbanística para edificação e os seus efeitos. A licença, no caso, como ato vinculado, confere o direito a edificar nela constante, que se incorpora ao patrimônio de seu destinatário quando iniciada a obra, apenas podendo ser retirada através de desapropriação que, para a espécie, parte da doutrina usa, de maneira vulgar, a expressão revogação.

Assim, para se ter o enfoque correto, o candidato deveria observar os seguintes pontos: a licença se faz no âmbito do exercício da polícia administrativa edilícia; traduz a ideia de ato vinculado; uma vez concedida, seguindo os critérios legais, não pode ser revogada, salvo através do pagamento de indenização; o início da construção, dentro de seu prazo de validade, e antes da nova legislação, importa na incorporação do direito, o qual traduz, que se torna adquirido; e impossibilidade de sua cassação, por ter o direito, o qual traduz a licença, se incorporado ao patrimônio de seu titular, salvo indenização, pela via própria.